



PROCESSO Nº : 18.053-0/2019

**PRINCIPAL : PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO
MARCOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA**

ASSUNTO : RECURSO ORDINÁRIO CONTRA MEDIDA CAUTELAR

**RECORRENTE : INSTITUTO SOCIAL E ORGANIZACIONAL DO BRASIL
(ISO BRASIL)**

**PROCURADORES : NESTOR FERNANDES FIDELIS (OAB/MT 6006)
RICARDO FRANCISCO DIAS DE BARROS (OAB/MT
18646)**

DESPACHO

Trata-se de Recurso Ordinário interposto contra a medida cautelar concedida por meio do Julgamento Singular nº 1052/ILC/2019, homologada na sessão ordinária do Tribunal Pleno do dia 1º/10/2019, mediante o Acórdão nº 726/2019-TP, nos autos da Representação de Natureza Interna proposta pelo Ministério Público de Contas.

Consoante infere-se do presente processo, o recurso citado acima foi distribuído, mediante sorteio, ao Auditor Substituto de Conselheiro João Batista de Camargo Júnior (doc. digital 250100/2019), o qual foi admitido e encontra-se pendente de julgamento.

Ocorre que, com a publicação e entrada em vigor da Resolução Normativa nº 3/2021-TCE/MT, que alterou diversas regras do Regimento Interno, a competência para relatar os recursos ordinários passou a ser exclusiva de Conselheiro (artigo 130).

Assim, com base no Plano de Ação adotado por este Tribunal, o estoque de recursos ordinários pendentes de julgamento do Auditor Substituto de Conselheiro





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Conselheiro Guilherme Antonio Maluf

Telefones: (65) 3613-7546 / 7577 / 7540 / 7542 / 7543

e-mail: presidencia@tce.mt.gov.br

João Batista de Camargo Júnior foi redistribuído ao Conselheiro Domingos Neto, motivo pelo qual determino o envio dos autos ao seu gabinete.

Gabinete da Presidência, 27 de abril de 2021.

(assinatura digital¹)

CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF
Presidente

1 Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

